



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

CÍNCIA MARIA BARBOSA PACINI SEPÚLVIDA

UM OLHAR SOBRE O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS

Palmas

2018

CÍNCIA MARIA BARBOSA PACINI SEPÚLVIDA

UM OLHAR SOBRE O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, como exigência à obtenção do grau em Tecnóloga em Gestora Pública.

Orientador: Prof. Dr. Jair José Maldaner

Palmas

2018

Sepúlveda, Cíncia Maria Barbosa Pacini

Um Olhar sobre o Observatório Social de Palmas / Cíncia Maria
Barbosa Pacini Sepúlveda. – Palmas, 2018. 45 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnóloga em Gestão Pública) –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus
Palmas*, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Jair José Maldaner.

1. Observatório Social. 2. Gestão Pública. 3. Transparência. I. Título.

CÍNCIA MARIA BARBOSA PACINI SEPÚLVIDA

UM OLHAR SOBRE O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus Palmas*, como exigência à obtenção do grau em Tecnóloga em Gestora Pública.

Aprovado em: __ / __ / ____

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Jair José Maldaner (Orientador)
IFTO – *Campus Palmas*

Prof^a Ms. Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO – *Campus Palmas*

Ana Carolina Nogueira Falcão/ mestre

Prof. Mestre Robleik Barbosa
IFTO – *Campus Palmas*

Dedico este trabalho aos meus pais, Imilda e Sósthene, por representarem minha base familiar; à minha filha, Manuela, meu esposo, José Neto e Tia Isolda, que, juntos, me apoiaram e incentivaram ao longo dessa jornada de estudo.

AGRADECIMENTOS

Esta fase da minha vida está sendo muito especial, e não poderia deixar de agradecer ao mentor da minha vida, Deus, que me deu forças para seguir em frente nessa longa trajetória, me dando colo, em muitas ocasiões, ao ponto de me trazer aqui, com esta grande conquista.

Agradeço imensamente à minha família, por me apoiarem em todos esses anos, que nem sempre foram fáceis. À minha mãe, Imilda, por priorizar os meus estudos desde pequena, apesar das dificuldades, me deu o seu melhor. Ao meu pai, Sósthenes, que mesmo estando longe, em muitos momentos, está sempre aplaudindo de pé as minhas conquistas. Ao meu esposo, Neto, pelo carinho, paciência e compreensão. À minha filha Manuela, por aceitar dividir a minha atenção com os estudos, mesmo que às vezes quisesse o colo. Aos meus irmãos, Diones, Ima Luise e Nesle, que de alguma forma não me deixaram desistir e sempre me estimulavam a prosseguir, com palavras e gestos de incentivo. Às minhas tias Luse e Isolda, por terem acreditado e investido em mim para que eu chagasse até aqui. E, à minha grande amiga Gi, por ter cuidado da minha filha com tanto carinho enquanto eu estudava.

A todos os membros do Instituto Federal do Tocantins, campus Palmas, quero deixar uma palavra de gratidão, por terem me recebido de braços abertos e com tanto carinho, sendo muito importante e enriquecedor todos esses anos de aprendizado.

Aos meus professores e coordenação do curso, tenho um reconhecimento gigantesco, e agradeço a todos, em nome do Professor, doutor e orientador, Jair Maldaner, que me direcionou o olhar sobre a gestão pública e a necessária participação de cada um de nós no monitoramento da aplicação dos recursos públicos.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que, de uma alguma forma, me auxiliaram e acreditaram em mim, como a Cláudia, Presidente do Observatório Social de Palmas, que me ajudou a tirar muitas dúvidas sobre o trabalho do Observatório Social, sempre com carinho e atenção.

A política não deveria ser a arte de dominar, mas sim a arte de fazer justiça.

Aristóteles

RESUMO

O presente trabalho estuda o Observatório Social de Palmas/TO (OSP), pela necessidade de observar o trabalho de entidades que buscam desenvolver trabalhos que visam à melhoria da gestão pública. Para tanto, analisam-se o resultado do trabalho realizado pelo OSP, por meio de reportagens e relatórios emitidos por essa entidade, para que se possam compreender as contribuições efetuadas pelo OSP, dentro do âmbito investigado e seus impactos para a sociedade palmense. Justifica-se a pesquisa em razão de, na contemporaneidade, a sociedade requerer maior participação nas discussões e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Assim, utiliza-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, para, a partir do problema estabelecido, realizar-se a análise de dados, por meio do método de categoria de análise de conteúdos, das quais as categorias selecionadas foram: 1) acesso à informação e 2) transparência e controle social. Na sequência, empreende-se o registro de palavras selecionadas, anotações por escrito e interpretação do conteúdo das mensagens, retiradas de cinco relatórios emitidos pelo OSP, assim como de extratos de reportagens e entrevistas relativas ao OSP, para realizar a análise e interpretação de dados. Por fim, apresentam-se as considerações finais, na qual espera-se que o estudo colabore e sirva de subsídio para outros trabalhos.

Palavras-chave: Observatório Social; gestão pública; transparência; controle social.

ABSTRACT

The present study studies the Social Observatory of Palmas / TO (OSP), due to the need to observe the work of entities that seek to develop works that aim at improving public management. In order to do so, we analyze the results of the work carried out by the OSP, through reports and reports issued by this organization, so that the contributions made by the OSP can be understood within the scope of the investigation and its impacts for the society palmense. Research is justified because, at the present time, society requires greater participation in the discussions and in the monitoring of the application of public resources. Thus, qualitative, bibliographical and documentary research is used to analyze the data using the content analysis category method, from which the selected categories were: access to information, and, transparency and social control. Subsequently, the registration of pre-selected words, written annotations and interpretation of the content of the messages, are taken from five reports issued by the OSP, as well as extracts from reports and interviews related to the OSP, in order to carry out the analysis and interpretation of data. Finally, the final considerations are presented, in which it is expected that the study will collaborate and serve as subsidies for other works.

Keywords: Social Observatory; public administration; transparency; social control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Os Processos de Democracia no Advento da Internet.....	14
2.2 Do Acesso à Informação à Criação de Leis.....	16
2.3 Do Controle Social à Administração Pública Legítima.....	18
2.4 O Observatório Social do Brasil.....	19
2.5 O Observatório Social de Palmas	21
3. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	22
3.1 Caracterização do Observatório Social de Palmas.....	22
3.2 Da seleção dos documentos	23
3.3 Da análise dos documentos	24
3.3.1 Categoria 1: Acesso à informação	26
3.3.2 Categoria 2: Transparência e Controle Social.....	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa partiu da necessidade de se observar o trabalho de entidades que buscam desenvolver a construção da consciência dos cidadãos, no que se refere ao exercício da sua cidadania, ligadas às questões de melhoria da gestão pública e justiça social, promovendo conhecimentos específicos sobre tributos, finanças públicas e responsabilidade social.

No sentido de melhor apreender o conhecimento sobre o assunto, este trabalho se embasou em teóricos que tratam da questão, desde a Antiguidade Clássica até a atualidade, assim como na análise de documentos que adicionam maior credibilidade ao estudo, como a criação de decretos que propiciam maior transparência na efetivação e execução dos recursos públicos.

Desse modo, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica para fundamentar os conceitos e teorias apresentadas, por meio de livros, artigos científicos e informações disponíveis na rede mundial de computadores, assim como por meio do site oficial do Observatório Social (OS), tendo como propósito examinar a real efetividade na sociedade, de propostas realizadas por essa instituição.

Com isso, este trabalho tem como tema de pesquisa: **Um Olhar sobre o Observatório Social de Palmas**, no qual obteve a interpretação dos dados por intermédio da averiguação dos relatórios emitidos pelo Observatório Social de Palmas (OSP), assim como de outros documentos inerentes ao OSP, servindo como importantes instrumentos de coletas de dados, visto que informam à população as ações pontuais desenvolvidas no sentido de prestar contas da aplicação dos recursos públicos, em cada caso investigado.

O Observatório Social de Palmas, uma Organização Não Governamental (ONG), formada por empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos e outros cidadãos que, voluntariamente, aderem à ONG, foi escolhido como meio de investigação específica porque é uma entidade que busca a transparência e a qualidade na aplicação dos recursos públicos.

O OSP tem quase 3 (três) anos de existência e nesse pouco tempo têm registradas diversas ações impactantes na sociedade palmense, como o Relatório que

analisou o portal de transparência, do quadro de servidores e do aluguel da Câmara Municipal de Palmas. O resultado dessa análise obteve repercussão nacional, sendo transmitido nos principais veículos de comunicação como o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão.

Assim, na investigação dos trabalhos realizados pelo OSP, a pesquisa foi norteada por meio de alguns questionamentos: as propostas do OSP têm conseguido impactar ações de mudanças na administração da gestão pública em relação à aplicação dos recursos financeiros públicos? Os resultados dos relatórios emitidos pelo OSP têm levado a população palmense a se envolver mais na busca de transparência da gestão pública?

São questões que suscitam análise. Desse modo, para responder essas perguntas e destacar a relevância desse estudo no âmbito acadêmico e social pontua-se que esta pesquisa se justifica, dentre outros aspectos, em razão de, na contemporaneidade, a sociedade requerer maior participação nas discussões e no acompanhamento da aplicação dos recursos realizados pela gestão pública, sendo criados diversos mecanismos e normas para que a sociedade civil constituída possa observar mais de perto a prestação de contas do erário público.

Por isso, o controle social tem sido bastante significativo para a correta aplicação dos recursos públicos, visto que a parceria entre órgãos públicos e sociedade organizada, mobilizados e orientados sobre os procedimentos de fiscalização dos gastos públicos, conjuntamente, terão maior poder de analisar e prestar esclarecimentos a respeito da gestão pública.

Nessa perspectiva, por meio da análise dos relatórios e outros documentos do OSP, este estudo buscou salientar a sua relevância no campo acadêmico e social, no qual se verifica que o controle social tem tido uma significância contundente na correta aplicação dos recursos públicos, propiciando maiores esclarecimentos a respeito da condução da gestão pública.

Para tanto, os objetivos definidos buscaram analisar os relatórios e demais documentos elaborados pelo Observatório Social de Palmas e compreender as contribuições do OSP, dentro do âmbito investigado e seus impactos para a sociedade palmense.

Então, para conseguir compreender a investigação do assunto em questão, o presente estudo teve como objetivo geral analisar o trabalho realizado pelo Observatório Social de Palmas, com o fim de perceber se o resultado das suas ações tem mudado a administração da gestão dos recursos financeiros públicos, de forma mais efetiva.

Para isso, teve como objetivos específicos: descrever o trabalho realizado pelo Observatório Social, no contexto do OS de Palmas; analisar os relatórios elaborados pelo Observatório Social de Palmas, documentos que investigam algumas ações pontuais da administração pública do município de Palmas; e, por último, compreender as contribuições do Observatório Social, dentro do âmbito investigado e seus impactos para a sociedade palmense.

Na investigação das atividades realizadas pelo OSP, o presente trabalho definiu-se por utilizar três tipos de pesquisas: quanto à abordagem, a pesquisa qualitativa; quanto aos objetivos, as pesquisas exploratória e descritiva, e, quanto aos procedimentos, as pesquisas bibliográfica e documental, que fundamentaram os conceitos e teorias apresentadas, assim como contribuíram na demonstração dos procedimentos adotados.

Com isso, a abordagem metodológica foi à pesquisa qualitativa, a qual procura entender um fenômeno específico em profundidade, priorizando trabalhar com comparações, interpretações e descrições, tendo como procedimento de pesquisa o documental, visto que os documentos exprimem uma rica ferramenta de dados, pois propicia a busca e o exame de materiais que ainda não foram observados ou de fontes de segunda mão, que de forma analítica, possibilitam novas interpretações.

O instrumento para coleta de dados utilizados foram os relatórios, jornais, reportagens, tabelas estatísticas e outros documentos emitidos pelo OSP. No processo de investigação e análise de dados os procedimentos adotados perpassam pela escolha do problema e do contexto e pela abordagem do problema com os documentos pré-selecionados.

O problema definido para este trabalho foi: que mudanças ocorreram na administração pública da Câmara Municipal de Palmas após o acompanhamento sistematizado do Observatório Social de Palmas?

Após a definição do problema, o procedimento foi selecionar a amostra documental, determinando as unidades de análises, a eleição das categorias e a organização do quadro de dados. Com isso, a análise de dados oportunizou interpretar o conteúdo das mensagens.

Em continuidade, foram organizados os dados coletados, por intermédio de registros de palavras pré-selecionadas, utilizando o “Ctrl I” para localizar as palavras nos documentos estabelecidos e por meio da leitura dinâmica, ao mesmo tempo foram realizadas anotações por escrito, para que pudessem ajudar na etapa de organização e análise dos dados.

A próxima etapa foi determinar as categorias de análise temática de conteúdo, a partir do estudo pormenorizado dos conteúdos, palavras e frases que constitui o documento, atribuindo-lhes sentido, captando os propósitos e reconhecendo as minúcias, para, na sequência, selecionar as palavras ou frases em torno das ideias principais.

Assim, foi adotado o modelo misto, no estabelecimento das categorias de análises, em que concede ao pesquisador eleger as categorias no início e modifica-las, se achar necessário, durante a investigação. As categorias pré-selecionadas são:

1. Acesso à informação;
2. Transparência e controle social.

Nesse sentido, para conquistar a finalidade definida, o presente trabalho de conclusão de curso foi estruturado em quatro capítulos, instruídos da seguinte forma:

O primeiro capítulo (1) explana a introdução, que estabelece o tema, o problema, a justificativa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a abordagem metodológica, os procedimentos de coleta de dados e, finaliza, com a apresentação da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo (2) relata a fundamentação teórica, na qual realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o trabalho administrado pelo Observatório Social, no contexto do OS de Palmas, a partir da análise dos relatórios elaborados pelo Observatório Social de Palmas, com o fim de compreender as contribuições do Observatório Social, dentro do âmbito investigado e seus impactos para a sociedade palmense.

No terceiro capítulo (3) foi feita a coleta, investigação e análise de dados, por intermédio de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, na qual se escolheu trabalhar com comparações, interpretações e descrições.

Por fim, é exposto o quarto capítulo (4), que discorre as considerações finais, proveniente das demandas desta pesquisa, suas contribuições e perspectivas para futuros trabalhos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentada a fundamentação teórica que dará sustentação à investigação empreendida sobre a análise do trabalho realizado pelo Observatório Social de Palmas, com contribuições de diversos autores como Sampaio, Bragatto e Nicolas (2016) Castells (2008), que ressaltam sobre a necessidade da sociedade contemporânea buscar continuamente o conhecimento, para maior conscientização crítica das coisas que estão à sua volta.

Além disso, Oliveira (2010) e Lopes (2006) reforçam que o envolvimento dos cidadãos nas políticas públicas deve ser feita por meio de uma relação bidirecional, baseada no princípio de parcerias. Destacam-se, ainda, Coelho e Waisbich (2013), que ao escreverem o Relatório de Progresso, 2011 a 2013, como participante da Parceria para Governo Aberto (OGP), salientam que foram feitos mapeamentos de iniciativas que, embora de forma tímida, tinham como componentes a participação social.

2.1 Os Processos de Democracia no Advento da Internet

Dentre os vários significados da palavra democracia, o Dicionário Online Dicio salienta que é um “sistema governamental e político em que os dirigentes são escolhidos através de eleições populares: o Brasil é uma democracia”. (DICIO, 2017, p. 1).

Nesse sentido, seu significado apresenta a ideia de que a democracia é um sistema político cujo governo é exercido a partir da escolha do povo, e no caso do Brasil a escolha é feita por meio do processo eleitoral, ou seja, em sua essência, é um país democrático.

Sabe-se que desde a Antiguidade Clássica a democracia é pauta de discussão, conhecidamente por meio dos filósofos gregos, visto que, com a criação da polis (cidades-estados gregas), houve a necessidade de criar diversas formas de organizações políticas, sociais, econômicas e culturais.

De acordo com matéria veiculada no site Educa Terra, Aristóteles divide a democracia em quatro tipos:

A primeira delas é a que podemos designar como democracia realmente dita, baseada na igualdade plena, onde nenhuma das classes, seja a pobre ou a rica, é soberana. A Segunda seria a democracia censitária, na qual, para participar dela, requer-se do cidadão uma certa renda, ainda que de pouco montante, para que ele possa vir a dirigir o governo. O terceiro tipo de democracia é aquela que podemos chamar de constitucional, em que não se faz nenhuma exigência para que os cidadãos integrem-se no processo político da *polis*, mas sempre ao abrigo de uma lei soberana. E, finalmente, a quarta, aquela a quem Aristóteles mantém suas maiores desconfianças: a democracia popular. Nessa as massas são as únicas soberanas e não a lei, caracterizada pelo fato de que os decretos extraídos da assembleia popular se sobrepõem à lei. (EDUCA TERRA, 2017, p. 1).

Dessa forma, as diversas formas democráticas de governos contemporâneos ainda necessitam consolidar um sistema político norteado pela participação ativa da população nas decisões políticas, para que haja, de fato, a soberania do povo, de modo geral.

No Brasil, nos últimos anos, a população tem acompanhado de perto, nos meios de comunicação, inúmeros casos de falta de transparência na administração pública. Essa situação encontrou respaldo, essencialmente, com o advento da internet, visto que ela deu um novo formato aos meios de comunicação.

Segundo Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016, p. 289):

A capacidade técnica de a internet propiciar um novo modelo de comunicação, possibilitando, em especial, a “quebra do polo emissor”, isto é, a priori qualquer cidadão que disponha de um computador, de acesso à internet e que saiba, minimamente, operar tal instrumento, pode tornar-se um emissor de mensagens e ter uma postura mais ativa no processo comunicacional, viabilizando, assim, certa interatividade que não estava presente nos meios tradicionais.

Assim, além de o emissor tornar-se mais ativo e interativo, passa a não ser um simples receptor de informações. Gomes (2005, p. 217) chama isso de “democracia digital”, o qual se refere “à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos”.

Castells (2008, p. 93) ao analisar a sociedade contemporânea, junto às tecnologias da informação e comunicação, ressalta que elas têm “possibilitado a

melhoria da nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação”. Mas de outro lado, retruca que “estão privando as sociedades de direitos políticos e privilégios”.

Essa reflexão serve de alerta para sociedade contemporânea, que necessita buscar continuamente o conhecimento, para maior conscientização crítica das coisas que estão à sua volta, que se tornou vital como, acompanhar a organização e o planejamento da administração pública dos aspectos econômicos, políticos e sociais.

2.2 Do Acesso à Informação à Criação de Leis

O acesso à informação, facilitado pela internet, tem sido fundamental não só para a apropriação de conhecimentos, mas também para que a sociedade participe mais da administração pública e se mobilize em busca da melhoria da gestão pública.

De acordo com Lopes (2007, p. 34) o acesso à informação pública “é uma das características que devem obrigatoriamente existir em países que pretendem combater a corrupção e, mais que isso, promover as condições necessárias para a melhoria da qualidade dos gastos públicos”. Essa análise confirma o resultado de diversos estudos a respeito, reforçando que são imprescindíveis para a construção da verdadeira democracia.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação pela sociedade contemporânea propiciou o desenvolvimento de programas de governo eletrônico que, segundo Oliveira (2010, p. 1) serviu para “democratizar o acesso à informação e, como consequência disso, ampliar discussões, bem como dinamizar a prestação de serviços públicos objetivando eficiência e efetividade das funções governamentais”.

Assim, foram criadas legislações que estabelecessem normas que suscitassem maior transparência nas ações do setor público, com maior participação da população na fiscalização dos gastos públicos, por isso segundo Lopes (2007, p. 9):

No lugar de uma relação meramente unidirecional, na qual o governo provê o cidadão com as informações que julga pertinente, a teoria prática contemporânea entende que o envolvimento dos cidadãos nas políticas públicas deve ser uma relação bidirecional, baseada no princípio de parcerias.

Nessa perspectiva, um marco inicial no Brasil para a participação mais ativa da população nas discussões e acompanhamento da aplicação dos recursos foi a publicação, pela Presidência da República, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Em seu Art. 4º, § 2º, inciso II diz sobre a necessidade de realizar o:

Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional. (BRASIL, 2000, p. 1).

Percebe-se, nessa conjuntura, a preocupação em elaborar as ações por meio de planejamento e registro, uma forma transparente de garantir e efetivar a execução dos recursos públicos.

A partir da Lei Complementar nº 101, os gestores públicos tiveram uma maior preocupação em realizar uma aplicação mais adequada das contas públicas, embora, como se sabe, muitos conseguiram burlar a Lei, realizando ações que vão à contramão da melhor organização da administração pública.

Para dar maior efetividade à Lei Complementar nº 101, foi promulgada a Lei Complementar nº 131, 27 de maio de 2009, com o fim de, além de ratificar as normas estabelecidas na primeira Lei, “determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2009, p. 1).

No Art. 1º, Parágrafo único dessa última Lei a transparência será assegurada também mediante “I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”. (BRASIL, 2009, p. 1).

Além disso, a referida Lei propiciou a criação do site Portal da Transparência, possibilitando à população organizada, o acompanhamento das despesas, receitas, convênios, sansões e demais consultas referentes aos orçamentos públicos.

No Tocantins também foram criadas normas que dessem maior celeridade à melhor aplicação dos recursos públicos como:

- ✓ Decreto nº 4.570, de 18 de junho de 2012, que institui o grupo de trabalho para diagnóstico, organização e propostas de alternativas com vistas à implementação das diretrizes de política de acesso à informação da Administração Pública Estadual;
- ✓ Decreto nº 4.839, de 19 de junho de 2013, que define regras específicas para o Poder Executivo quanto ao acesso à informação;
- ✓ Decreto nº 5.146, de 11 de novembro de 2014, que institui o Grupo Estadual de Educação Fiscal – GEFE;
- ✓ Portal de Transparência do Estado do Tocantins, acesso por meio do site <http://transparencia.to.gov.br/>.

Esses são regulamentos que dão oportunidade à sociedade de acompanhar a execução orçamentária dos programas e ações do governo estadual, fazendo com que a população possa ser também, um fiscal da correta aplicação dos recursos públicos.

2.3 Do Controle Social à Administração Pública Legítima

Com o advento de tantas mudanças ocorridas na administração de recursos públicos, no aspecto nacional e internacional, no sentido de propiciar a transparência e o combate à corrupção, houve a necessidade de uma participação mais efetiva e consciente dos cidadãos na fiscalização das contas governamentais. Desse modo, o controle social aparece como um mecanismo adequado no monitoramento do erário público.

Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), o controle social pode ser entendido:

Como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania. (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2012, p. 16).

Nessa perspectiva, o controle social é bastante significativo para a correta aplicação dos recursos públicos, pois auxilia os órgãos institucionais a fiscalizar a gestão pública. Com isso, a partir do momento em que a sociedade seja mobilizada e receba orientação em relação aos procedimentos de fiscalizar os gastos públicos, as suas necessidades são atendidas de forma eficiente.

Um importante evento, que significou a participação do Brasil no controle social, foi a sua participação em janeiro de 2011, como membro fundador, da Parceira para Governo Aberto (OGP, do Inglês *Open Government Partnership*) uma iniciativa internacional voluntária que tem como fim assumir compromissos concretos de governos para com sua população, promovendo assim, a transparência na administração dos recursos públicos, a participação social e o combate à corrupção.

Nas normas da OGP cada país participante deve organizar um processo amplo de consultas públicas no processo de elaboração de seu Plano de Ação, segundo o Relatório de Progresso 2011 – 2013, elaborado por Coelho e Waisbich (2013, p. 27):

O processo de construção do primeiro Plano brasileiro não contou com consulta pública ampla e diversa. O Plano foi elaborado pelo governo, sob coordenação da CGU em consulta restrita aos ministérios. Segundo a CGU, foram mapeadas iniciativas em curso cujo teor dialogava com os valores e princípios da OGP bem como iniciativas que já vinham de diálogos setoriais ou temáticos com a sociedade, ou ainda, iniciativas que tinham em seu seio um componente de participação social.

Assim, embora o primeiro Plano não tenha contado com a participação ativa da sociedade, começa a galgar os primeiros degraus para uma administração pública legítima, por isso o monitoramento do desempenho e a avaliação dos gastos públicos constituem aspecto indispensável da gestão pública contemporânea. Desse modo, os controles dos resultados e sociais de políticas públicas passam a ser divididas entre instituições governamentais e sociedade.

2.4 O Observatório Social do Brasil

No Brasil, outro marco para a contribuição da melhoria da gestão pública foi à implantação do Observatório Social Brasil (OSB), que conforme o site oficial desse

organismo é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos que propicia “um espaço para o exercício da cidadania, que deve ser democrático e apartidário e reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública” (OSBRASIL, 2018, P. 1).

Segundo OSB, os valores dos Observatórios devem propiciar: “apartidarismo; cidadania; comprometimento com a justiça social; atitude ética, técnica e proativa; ação preventiva e visão de longo prazo” (OSBRASIL, 2018, P. 1).

Dessa forma, quem adere ao OSB deve ser favorável à transparência e à busca pela qualidade na aplicação dos recursos públicos.

Dentre as várias ações em que o OSB atua, se destacam:

- a educação fiscal, demonstrando a importância social e econômica dos tributos e a necessidade do cidadão acompanhar a aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos.
- a inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios, contribuindo para geração de emprego e redução da informalidade, bem como aumentando a concorrência e melhorando qualidade e preço nas compras públicas.
- a construção de Indicadores da Gestão Pública, com base na execução orçamentária e nos indicadores sociais do município, fazendo o comparativo com outras cidades de mesmo porte. E a cada 4 meses realiza a prestação de contas do seu trabalho à sociedade. (OSBRASIL, 2018, P. 1)

Para conseguir conquistar a adesão de diversos parceiros como empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos e outras pessoas, segundo site oficial do Observatório Social do Brasil:

Os Observatórios Sociais (OS) são organizados em rede, coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB), que assegura a disseminação da metodologia padronizada para atuação dos observadores, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte técnico aos OS, além de estabelecer as parcerias estaduais e nacionais para o melhor desempenho das ações locais. (OSBRASIL, 2018, P. 1)

Assim, diversos observatórios sociais foram implantados no Brasil a fora. Na atualidade existem 108 observatórios sociais, distribuídos em 19 estados brasileiros, incluindo o Estado do Tocantins, nas cidades de Araguaína e Palmas.

2.5 O Observatório Social de Palmas

O Observatório Social de Palmas (OSP) foi criado por meio de Assembleia de Constituição, em 16 de Abril de 2015, ou seja, tem quase três anos de criação, tendo como missão:

Contribuir na prevenção à corrupção para otimizar a aplicação transparente dos recursos públicos por meio da educação fiscal e do controle social, em prol do cidadão palmeno. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 1, 2015, p. 6).

Percebe-se que embora tenha pouco tempo de duração, já tem realizado ações impactantes e de grande repercussão estadual e nacional no que se refere ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos como é o caso do levantamento de informações da Câmara Municipal de Palmas, que mereceu a veiculação de reportagens na Rede Globo de Televisão, com destaque para o Jornal Nacional, entre tantos outros canais de TV e diversos outros tipos de meios de comunicação, que noticiaram os abusos cometidos pela Câmara de Vereadores de Palmas.

O OSP realizou a análise na Câmara Municipal de Palmas entre os meses de outubro a dezembro de 2015, por meio de dados públicos fornecidos pela internet e pelo Portal da Transparência, observando os seguintes pontos: “composição do quadro de pessoal; locação de prédio público e custo da casa de leis” (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL PALMAS/RELATÓRIO 3, 2016, P. 9).

Para que ações como essa tenham o sucesso pretendido, o OSP estabeleceu, mensalmente, “uma reunião da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, para as discussões das ações desenvolvidas no mês, apresentação de metas e indicadores”. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL PALMAS/RELATÓRIO 3, 2016, P. 6).

Nesse sentido, os relatórios do OSP, disponibilizados no site oficial do OSB, foram importantes ferramentas de consulta e de guia norteador da presente pesquisa, que busca saber como estão sendo aplicados os recursos públicos da gestão pública do município de Palmas, Tocantins.

3. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo explana sobre a caracterização do Observatório Social de Palmas, formado por funcionários públicos, empresários, profissionais, professores, estudantes e outros cidadãos voluntários que buscam exercer a cidadania, contribuindo para a melhoria da gestão pública.

Apresenta, ainda, a seleção dos documentos para a devida coleta, investigação e análise de dados referente aos referidos documentos (relatórios, reportagens, entrevistas e outros trabalhos realizados pelo OSP).

A investigação e análise dos documentos sobre o Observatório Social de Palmas e textos relacionados ao processo de acesso à informação e transparência na utilização dos recursos públicos foram realizadas por meio da utilização das pesquisas: qualitativa; exploratória, descritiva, bibliográfica e documental. Dessa forma, os procedimentos metodológicos giraram em torno dos objetivos estabelecidos.

Com isso, na análise em si, foi verificado o teor textual dos relatórios e reportagens sobre o trabalho do OSP, e a partir do confronto desses materiais, a investigação procedeu-se por meio do método de categorias de análise temática de conteúdos pré-selecionadas, que segundo Laville e Dionne (1999) fornecem um estudo pormenorizado do conteúdo das mensagens.

3.1 Caracterização do Observatório Social de Palmas

Os Observatórios Sociais (OS) são organizados em rede, sob a coordenação do Observatório Social do Brasil (OSB). Assim, o OSP está sob a tutela do OSB e este dissemina a todos os OS uma metodologia padronizada para a devida atuação dos observadores, propiciando capacitação e suporte técnico. Atualmente já foram implantados OS em mais de 100 cidades, em 19 Estados brasileiros. No Tocantins, foram implantados somente em Palmas, em abril de 2015 e Araguaína, em março de 2017.

O OSP está localizado num dos prédios da Federação do Comércio do Estado do Tocantins – Fecomércio/TO, no endereço: Quadra 104 norte, Rua NE 11, esquina

com Rua NS 02, Lote 22, 1º piso, sala 02, anexo 01 – Fecomércio, Palmas – TO | CEP: 77.006-030; telefone: 63 – 3014-5763; E-mail: palmas-to@osbrasil / observatoriosocialpalmas@gmail.com e site: <http://osbrasil.org.br/observatorios-pelo-brasil/tocantins-to-1/tocantins-palmas>.

Toda a equipe que trabalha na OSP é formada por voluntários. Atualmente, possuem aproximadamente 60 voluntários. É constituída por funcionários públicos, empresários, profissionais, professores, estudantes e outros cidadãos voluntários que buscam exercer a cidadania, contribuindo para a melhoria da gestão pública.

A estrutura organizacional do OSP é realizada por meio de eleição dos membros constituintes, bianualmente. É formada pelo Presidente e sua Diretoria, constituída pelos cargos: Diretoria Administrativa, Diretoria de Controle Social, Diretoria de Produtos e Metodologia, Diretoria Institucional e de Alianças, sendo acompanhadas pelo Conselho Fiscal. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS/RELATÓRIO 1, 2015).

Os grupos de voluntários, liderados pelas Diretorias, formam as comissões de: Educação Fiscal, Monitoramento de Editais e Licitação e Monitoramento da Câmara Municipal.

Para dar transparência aos seus atos, a Diretoria do OSP realiza mensalmente reuniões para apresentação de seus resultados, assim como para reavaliar as suas diretrizes. Apresenta, quadrimestralmente, o Relatório de Prestação de Contas para a sociedade palmense.

Com a finalidade de manter um relacionamento mais próximo e difundir suas ações, o OSP criou grupos de WhatsApp e página no facebook, redes sociais que possibilitam maior interatividade com os voluntariados.

3.2 Da seleção dos documentos

Os documentos selecionados para coleta, investigação e análise de dados, conforme informado anteriormente, foram:

- Relatório 1 – Relatório de prestação de contas: OSB – Palmas;
- Relatório 2 – Prestação de contas do Observatório Social de Palmas: em 25 de fevereiro de 2016;

- Relatório 3 – Relatório de Gestão: OSB – PALMAS;
- Relatório 4 – Relatório Quadrimestral de Gestão – OSB – Palmas;
- Relatório 5 – Relatório de Gestão Trimestral junho/ julho/ agosto – OSB – Palmas;
- Reportagens e entrevistas sobre o trabalho do Observatório Social de Palmas.

Nos extratos observados dos relatórios e reportagens ficam evidentes, de formas diversas, que o trabalho do OSP tem acompanhado de perto a aplicação dos recursos públicos, por intermédio da participação de membros representantes em todas as seções da Câmara Municipal de Palmas, assim como pelo acompanhamento do processo licitatório de dos produtos para aquisição da Câmara e do município de Palmas, por meio do Portal da Transparência e outras ações de cobrança.

3.3 Da análise dos documentos

Conforme informado anteriormente, a análise dos documentos foi realizada por intermédio da verificação do conteúdo textual dos relatórios e reportagens sobre o trabalho do OSP, dos quais foram pré-selecionadas palavras cognatas, utilizando o recurso computacional “*Ctrl I*” para localizar os conteúdos equivalentes nos documentos escolhidos, assim como por meio da leitura dinâmica, ao mesmo tempo em que foram realizadas anotações por escrito.

Nessa perspectiva, foram utilizadas as pesquisas: qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica e documental. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 31), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Dessa forma, no desenvolvimento do trabalho buscou-se entender um fenômeno específico, o Observatório Social de Palmas, por meio de comparações, interpretações e descrições.

Silva et. al. (2008, p. 4556) ressaltam que uma abordagem qualitativa enfatiza “não a quantificação ou a criação dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais”.

A pesquisa exploratória segundo Silveira e Córdova (2009, p. 35) “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Com isso, o pesquisador começa o contato com o problema, oportunizando-lhe descrever os pormenores e as principais características do problema.

Silva et. al. (2008, p. 4559) salientam que “o pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens, buscando dar respostas à problemática que motivou a pesquisa e, assim, corrobora com a produção de conhecimentos teórico relevante”.

Na sequência, a pesquisa descritiva “exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar” (SILVEIRA e CÓDOVA, p. 35), possibilitando ao pesquisador a análise, o registro e a interpretação dos dados, sem que ele manipule ou interfira nos dados colhidos.

Já a pesquisa bibliográfica geralmente é utilizada nos trabalhos científicos, pois conforme Severino (2007, p.122) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc”. Portanto, neste estudo, foram utilizados livros, artigos científicos e legislações vigentes de acordo com a necessidade da pesquisa.

Quanto à escolha da pesquisa documental ocorreu pelo fato de precisar explorar “fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias [...], etc”. (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 37), apud Fonseca (2002, p. 32)

Nesse aspecto, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados relatórios, jornais, reportagens, tabelas estatísticas e outros documentos emitidos pelo OSP que, conforme Gerhardt et al. (2009, p. 69) são considerados “fontes de segunda mão”. Os referidos documentos estão disponibilizados no site oficial do Observatório Social do Brasil e em outros sites de pesquisa sobre o OSB.

Silva et. al. (2008, p. 4557) salientam que a pesquisa documental:

Permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são

produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social.

Nesse sentido, os documentos exprimem uma rica ferramenta de dados, uma vez que busca examinar os materiais que ainda não foram observados ou as fontes de segunda mão, de forma analítica, dando-lhes novas interpretações.

A partir do confronto destes materiais, a análise se deu por intermédio das categorias de análise temática de conteúdos pré-selecionadas, que conforme Laville e Dionne (1999) são responsáveis por propiciar um estudo minucioso de seu conteúdo, das palavras e frases, dando-lhes sentido e captando-lhes as intenções. As categorias de análise estão descritas na introdução, sendo: **acesso à informação; e, transparência e controle social.**

Portanto, com os dados coletados, foi feita a análise das informações para averiguar se as propostas do OSP têm conseguido impactar ações de mudanças na administração da gestão pública do município de Palmas no que se referem à aplicação dos recursos financeiros públicos, tais como: em sendo detectado pelo OSP um problema na aplicação do erário público no município de Palmas, observou-se que o OSP apresenta sugestões de melhoria dessa aplicação, com acompanhamento sistematizado, assim como, se estão sendo acatadas as proposições.

3.3.1 Categoria 1: Acesso à informação

Ao analisar os conteúdos dos relatórios e reportagens, observa-se, inicialmente a ocorrência de palavras e expressões que remetem à percepção do acesso à informação, embora, na maioria das vezes, as mensagens estejam de forma implícita, de acordo com Tabela 1:

Tabela 1 - Ocorrências da categoria acesso à informação

Palavras cognatas	Ocorrência
Acesso à informação, informadas, informativo, informa	45
Ações e resultados alcançados	05
Educação Fiscal	10
Lei de acesso a informação	06
Locação da Câmara Municipal de Palmas (CMP)	09
Monitoramento da CMP	14
Orçamento da CMP	14

Parceria com Ministério Público	25
Pauta trancada da CMP	07
Quadro de servidores da CMP	47
Trabalho do OSP nos Postos de Saúde de Palmas	12

Fonte: Elaborada pela autora

Esses dados permitem perceber que a grande maioria dos assuntos tratados nos relatórios (de 1 a 5), se refere em grande parte ao acesso à informação, educação fiscal, locação da CMP, monitoramento da CMP, orçamento da CMP, parceria com o Ministério Público, pauta trancada da CMP, quadro de servidores da CMP e trabalho no OSP nos Postos de Saúde de Palmas, ou seja, são palavras correlatas ligadas ao acesso à informação, uma conquista oriunda da emissão de legislações contemporâneas, levando a sociedade a participar mais ativamente da administração pública, em prol da melhoria da gestão pública.

Nesse sentido, Lopes (2007) ressalta que o acesso à informação contribui para o combate à corrupção e à promoção das condições necessárias para a melhoria da aplicação dos gastos públicos.

O Relatório 1 apresenta uma tabela realizada pela Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Palmas, que contém os gastos dos vereadores de Palmas mensalmente, em 2015, conforme Tabela 2 (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 1, 2015, P. 12):

Tabela 2 – Gastos mensais dos vereadores de Palmas em 2015

Descrição Despesa	Qtde Vereador	Valor Mensal R\$	Despesa Mensal Folha R\$
Salário do Vereador	19	12.600,00	239.400,00
Verba de Gabinete	19	27.810,00	528.390,00
Verbas Indenizatórias	19	18.000,00	342.000,00
Total		58.410,00	1.109.790,00

Fonte: Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Palmas/Relatório 1

Para reforçar esta situação o Relatório 5 informa que a Câmara Municipal de Palmas é a segunda mais cara do Brasil, com um orçamento anual de R\$ 30,8 milhões:

O parlamento de Palmas ficou atrás apenas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que possui um orçamento de R\$ 760,5 milhões e 50 vereadores. Em terceiro lugar ficou Boa Vista (RR), com um orçamento de R\$ 33,4 milhões para 21 parlamentares. Em abril deste ano, o **Jornal do Tocantins** já havia divulgado essas informações do Observatório, que dividiu o valor do orçamento

da Câmara pelo número de habitantes da Capital (265.409), chegando a um custo per capita de R\$ 116,21. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 5, 2016, p. 21, grifo do autor).

A partir dessa constatação, observa-se que o Observatório Social de Palmas tem conseguido atingir seus objetivos em incentivar o exercício do controle social, por meio do favorecimento da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. Assim, está atendendo também ao que preceitua a Lei Complementar nº 131/2009, que estabelece normas para “determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2009, p. 1).

Numa reportagem veiculada no dia 23 de junho de 2016, a TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo de Televisão traz na manchete que havia quase 90 dias que a Câmara de Vereadores de Palmas não votava nenhum projeto, por divergências entre as bases, não podendo assim, qualquer votação ser realizada.

Quando a repórter Aurora Fernandes pergunta ao Vereador Milton Neres (PR) o porquê daquela situação, ele esclarece que qualquer projeto que esteja tramitando na Câmara, após 45 dias, se não for aprovado, a Câmara “tranca as pautas. A pauta está trancada porque a base está obstruindo, quando não dar coro de 10 vereadores, eles saem de seção e aí ficam só nós sete de oposição e não podemos deliberar por isso”. (G1.GLOBO/TV Anhanguera, 2016).

A repórter Aurora Fernandes, fala sobre a preocupação para a população palmense:

O problema é quando a pauta é trancada, novos projetos não podem ser votados e o trabalho na Câmara fica parado. As seções até acontece, mas há quase 90 dias nenhuma matéria é aprovada aqui, mesmo com o plenário cheio na hora de votação. (G1.GLOBO/TV ANHANGUERA, 2016).

Ana Isabel Friedlander (Presidente do OSP na época), quando perguntada sobre essa problemática pela repórter Aurora Fernandes responde:

A atitude dos vereadores fere os direitos da sociedade. Coisas essenciais de nossa cidade não são votadas, não são discutidas ou se são discutidas não são aqui, ambiente público. Então, a gente não entende porque esta pauta está assim há tanto tempo. (G1.GLOBO/TV ANHANGUERA, 2016).

Percebe-se aí, frutos do trabalho realizado pelo Observatório Social de Palmas, que, destaca-se, só tem um pouco mais de dois anos de implantação. Em todos os relatórios percebe-se a preocupação em mostrar evidências dos trabalhos que estão sendo realizados, por meio de reuniões, fotos, ofícios, parcerias com órgãos que comungam com a mesma preocupação em buscar o acesso à informação e torná-la transparente, de forma que qualquer cidadão palmense tenha acesso e possa mobilizar-se também.

Com isso, um pouco antes da eleição de 2016, em 16 de setembro, foi veiculada uma reportagem sobre os mesmos problemas constatados acima, no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, na qual o repórter Roberto Kovalick informa que a Câmara ficou sem coro por 173 dias, voltando a funcionar somente em 27 de agosto, ou seja, dos quase 90 dias da reportagem transmitida anteriormente pela TV Anhangüera, quase que dobrou.

Quando o repórter Roberto Kovalick chegou à Câmara Municipal de Palmas (CMP) quase não havia servidores trabalhando, não tendo nenhum vereador naquele momento. Entretanto, já tinha representação do Observatório Social naquela Casa de Leis.

O repórter Roberto Kovalick saiu em todas as salas da CMP contando o número de servidores que estavam trabalhando naquele dia e isso porque já eram 11 horas e 30 minutos, horário de expediente. Assim, de 566 funcionários (sendo 31 concursados, os demais contratados), só estavam presentes 110 servidores.

Desse modo, Kovalick pergunta ao Diretor-Geral da CMP, Aurélio Lopes Brito, se o espaço geográfico caberia os 566 servidores na Câmara Municipal de Palmas. O Diretor daquela Casa de Leis responde que “não caberia, mesmo porque eles já sabem que não cabem todos ao mesmo tempo, dado a necessidade e funcionalidade para a qual eles foram contratados”. (G1.GLOBO/TV GLOBO, 2016).

À sociedade palmense cabe alguns questionamentos: os servidores foram contratados para trabalhar em que local de trabalho, se não há espaço suficiente na CMP? Que necessidade e funcionalidade são essas? São questões assim que os cidadãos palmenses devem ficar atentos e procurar saber as respostas.

Para reforçar, fundamental é saber que a população de Palmas pode contar com o OSB, que evidencia de diversas formas que tem acompanhado de perto a aplicação dos recursos públicos, por intermédio da participação de membros representantes em todas as seções da Câmara; pelo acompanhamento do processo licitatório de todos os produtos para aquisição, no Portal da Transparência; pelo envio de ofícios aos representantes dos órgãos executivos da gestão municipal de Palmas e a cobrança dos retornos, entre tantas outras ações evidenciadas.

3.3.2 Categoria 2: Transparência e Controle Social

Ao continuar a análise dos conteúdos dos relatórios, verificou-se a ocorrência de palavras e expressões, que se relacionam à transparência e controle social, segundo Tabela 3:

Tabela 3 - Ocorrências da categoria transparência e controle social

Palavras cognatas	Ocorrência
Aplicação adequada dos recursos públicos	12
Comunicação dos resultados	15
Controle Social	30
Missão do OSP	06
Necessidade de concurso público na CMP	23
Participação da sociedade / cidadão	31
Prevenção à corrupção / combate à corrupção	12
Transparência	31
Valores do OSP	02
Visão do OSP	02

Fonte: Elaborada pela autora

É perceptível a importância do trabalho do Observatório Social de Palmas, por meio da análise de seus relatórios. Das palavras descritas acima, a grande maioria dizem respeito à investigação realizada pelo OSP na Câmara Municipal de Palmas.

Pelo extrato dos relatórios, verifica-se que o OSP se preocupa em buscar a melhoria da gestão pública, por intermédio da transparência, da participação da sociedade / cidadão, do controle social, da necessidade de concurso público, da comunicação dos resultados, da aplicação adequada dos recursos públicos, etc.

Desse modo, o OSP procura atender ao que a Controladoria-Geral da União (2016, p. 16), diz sobre o controle social, quando afirma que é um “importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania”.

Entretanto, em diversos momentos observa-se que na sua investigação, o OSP descobriu situações preocupantes, que mereceram publicidade e demandam a devida regularização, tais como:

Interessante lembrar que, insatisfeitos com a atuação da casa legislativa, os palmenses reelegeram em 2012 apenas 5 dos 19 vereadores. Ademais, estas informações até hoje não foram questionadas pelo cidadão nem pelo Ministério Público porque estavam ocultas e somente com a disponibilização no Portal da Transparência do ente é que foi possível fazer as análises aqui relatadas. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 3, 2016, p. 11).

Outro ponto a ressaltar: a atuação legislativa é insatisfatória. As sessões não iniciam no horário previsto (9h da manhã) e são, basicamente, requerimentos, sendo que muitas duram apenas alguns minutos. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 3, 2016, p. 11).

Em 2015 foram contratadas **334 pessoas** dentre cargos em comissão e temporários, ou seja, todos sem concurso público. O único concurso público foi realizado em 1995. Além disso, causa estranheza que apesar do excessivo número de servidores da casa, não existe o cargo de Controlador Interno. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 3, 2016, p. 10, grifo do autor).

Sobre esse último aspecto, o OSP construiu a tabela 4, que demonstra como, em outubro de 2015, era dividido o quadro de servidores da Câmara Municipal de Palmas:

Tabela 4 – Quadro de servidores da Câmara Municipal de Palmas

VÍNCULO	Nº
Cargo Eletivo (Vereadores)	20
Cargo em Comissão	488
Pensionista	3
Temporário	42
Estatutário (concursado)	31
TOTAL	584

Fonte: Observatório Social de Palmas – Outubro / 2015/Relatório 4

Essa situação foi retratada pelo repórter da Rede Globo, Roberto Kovalick, conforme descrito anteriormente, porém foi importante destacar por meio de uma tabela, para que melhor visualização dos abusos cometidos pela Câmara de Vereadores de Palmas, no qual o último concurso público, até a atualidade, ocorreu em 1995, ou seja, há mais de 23 anos atrás, quando Palmas tinha somente seis anos de existência.

Um acontecimento a ser comemorado pela população palmense se refere à publicação do edital do concurso público para a Câmara Municipal de Palmas/Quadro Geral, em 10 de janeiro de 2018, por meio do Edital nº 001/2018, a ser realizado pela Comissão Permanente de Seleção/Universidade Federal do Tocantins – COPESE/UFT.

O período de inscrição foi do dia 22 de janeiro até o dia 23 de fevereiro de 2018, com a disponibilização de 44 vagas para posse imediata e 148 vagas para a Formação de Cadastro de Reserva, distribuídas em nível fundamental, nível médio e nível superior. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2018).

O processo de realização do concurso público da CMP, tão esperado pela sociedade palmense, contou com a ação contundente do OSP, por meio do acompanhamento e cobrança constante dessa entidade aos vereadores daquela Casa de Leis. Isso se constata no convite obrigatório aos representantes responsáveis pelo OSP quando da reunião de apresentação da proposta do concurso público, realizada em 25 de outubro de 2017.

Segundo o jornal eletrônico Conexão Tocantins (2017, p. 1), que também participou da reunião, ao realizar uma entrevista com a atual presidente do OSP, Cláudia Sousa, sobre o concurso público, essa destacou que ‘acreditamos que o número de vagas poderia ser maior, mas a gente entende o impacto econômico que isso provoca para a Câmara. A população está ansiosa por esse concurso, então esperamos que seja realizado o mais rápido possível’.

O supracitado jornal eletrônico realiza outra entrevista com o Vereador da CMP, Gerson Alves (PSL), que foi autor de um projeto de lei, o qual declara o Observatório Social de Palmas como de utilidade pública. Na entrevista o Vereador Gerson ressalta que ‘a atuação desses voluntários é muito importante para a

sociedade. Isso mostra que a população está cada vez mais atenta e participativa'. (CONEXÃO TOCANTINS, 2017, P. 1).

No contexto apresentado, confirma-se a grande importância de entidades como o OSP e da participação das diversas pessoas no trabalho de investigação, de controle social, transparência e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

Outro aspecto preocupante e explanado pelo OSP se refere aos projetos de lei da Câmara, uma vez que de 181 projetos somente 15,5% poderiam contribuir para a melhoria de vida da população palmense. Na “análise foi verificado que 153 projetos se enquadrariam como irrelevantes, ou seja, 84,5% da produção legislativa da Casa de Leis”. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 5, 2016, p. 10).

Na Figura 1 percebe-se uma melhor visualização os projetos que são totalmente irrelevantes e aqueles que têm alguma relevância:

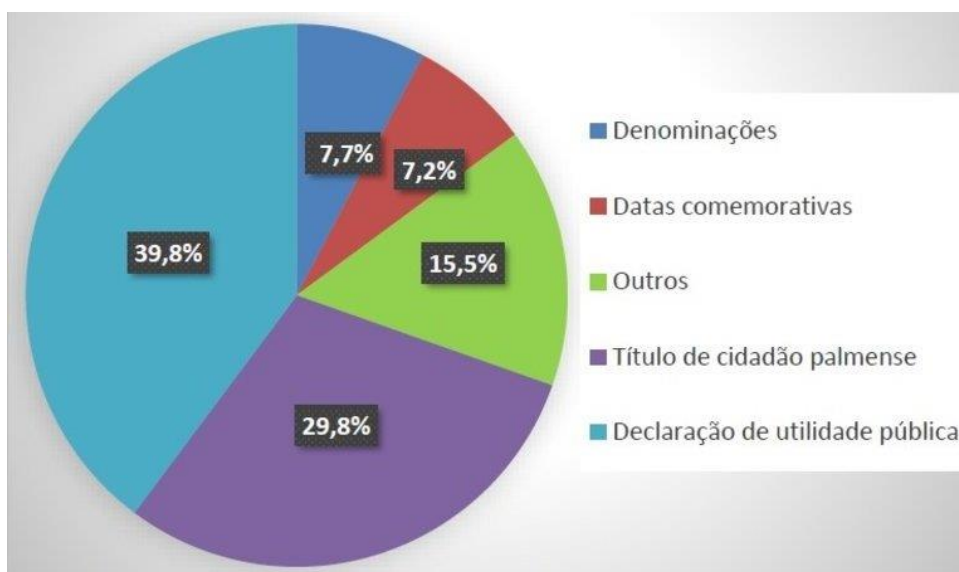


Figura 1. Distribuição em gráfico dos 181 projetos de lei.
Fonte: Observatório Social do Brasil

Numa reportagem veiculada pela TV Anhanguera, um dia após as eleições de 2016, no dia 04 de outubro, o Bom Dia Tocantins entrevistou Aline Rigoni, membro do OSP, na qual Aline destaca:

A câmara tem mais de 30 milhões por ano. A maioria dos projetos não propicia uma melhor qualidade de vida para o cidadão palmense, não têm relevância necessária, bem como a fiscalização do executivo, que é outro ponto que deve ser realizado pelo vereador também não tem sido feito a contento. [...] Se a gente só reeleger e não fizer o acompanhamento, a gente não está fazendo o controle social. Isso não vai ser bom para a população, pois quanto mais controle a gente tiver na câmara, mais efetivo vai ser o trabalho do vereador.

Então, é muito importante que as pessoas se mobilizem e tenham consciência que a gente precisa fazer essa fiscalização, como cidadão. (TV ANHANGUERA, 2016)

Em continuidade, a jornalista da TV Anhanguera, Aurora Fernandes, que se encontrava na Câmara de Vereadores, ressalta o que a pesquisa do OSP descobriu:

Nos últimos 4 anos o que mais se viu por aqui foram projetos pra mudar nome de rua, mudar nome de praça, fazer menção honrosa a alguém que estava fazendo aniversário ou comemorar datas comemorativas, ou seja, nada que fizessem impacto na vida do cidadão palmense. (TV ANHANGUERA, 2016).

Em continuidade à reportagem, a jornalista Rachel Lemos entrevistou a então Presidente do OSP, Ana Isabel, sobre a renovação da Câmara de Vereadores, na qual houve mudança de quase 50%, sendo 11 reeleitos e 8 eleitos pela primeira vez, no que a Presidente do OSP respondeu:

Em todos os relatórios que foram lançados pelo OSP e o que a gente viu, a gente esperava realmente uma taxa maior, mas é muito interessante a gente saber que: pronto, quase 50% foi renovado. Agora, como foi dito no estúdio, temos 2 mulheres. Na antiga legislatura a gente não tinha nenhuma representação feminina, agora temos duas. Então, houve sim uma mudança. A maioria dos vereadores é ligada à administração, são administradores. Eu acredito que é possível fazer uma mudança, mas depende disso, depende do eleitor continuar acompanhando. O OSP vai continuar com esse trabalho e depende muito da gente continuar vendo o que está acontecendo aqui dentro. (TV ANHANGUERA, 2016).

Na contramão dessa conjuntura, ou mais apropriadamente falando, o OSP trabalha no sentido correto, e com relevância, por meio de um trabalho sistematizado, no qual funciona da seguinte forma:

- Segue metodologia do OSBrasil: articula com os voluntários e entidades locais;
- Prioriza ações preventivas – antes que os recursos sejam gastos;
- Trabalha com Comissões: Educação Fiscal, Licitações e Monitoramento da Câmara. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 2, 2016, P. 6).

Observa-se o extrato do trabalho realizado pelo OSP ao analisar o contexto dos relatórios, como o que se verifica a seguir:

O Observatório Social de Palmas neste quadrimestre teve a oportunidade de ver seus esforços reconhecidos, pelo trabalho realizado no levantamento de informações da Câmara Municipal, alcançando a repercussão necessária

quanto ao seu papel no acompanhamento da aplicação dos recursos e no cumprimento legal pela mídia, por meio de reportagens veiculadas na TV Anhanguera e matérias impressas nos diversos jornais, bem como, a Câmara Municipal, por intermédio do Ministério Público e OSB – Palmas, promoveu ajustes em seu Portal da Transparência. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 4, 2016, P. 5).

Com isso, percebe-se que o OSP está sempre buscando acompanhar e monitorar o trabalho da Câmara Municipal de Palmas. No Relatório 5, é verificada a fundamental importância desse acompanhamento sistematizado, uma vez que:

O Observatório frisou na apresentação que a Câmara Municipal, após o primeiro relatório, sanou 80% dos problemas apontados e adequou o seu portal da transparência para o que exige a legislação. Porém, alguns pontos ainda não foram solucionados, como o grande número de servidores sem concurso público e o alto valor pago em aluguel, com isso a Câmara Municipal de Palmas é a segunda mais cara do Brasil, com um orçamento anual de R\$ 30,8 milhões. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 5, 2016, P. 20/21).

Na Figura 2 é apresentado um Convite a toda a sociedade palmense para participar de uma reunião para prestação de contas e resumo de atividades realizadas pelo OSP:



Figura 2. Prestação de contas e resumo de atividades do OSP.
 Fonte: Observatório Social do Brasil

Assim, ficam evidenciadas as várias formas de acompanhamento e do esclarecimento à população palmense do trabalho feito pelo OSP, ratificando o que

Oliveira (2010) informa como um importante instrumento no processo de democratização do acesso à informação, visto que, por exemplo, o monitoramento do processo licitatório de todos os produtos para aquisição, por meio do Portal da Transparência, dá maior dinamicidade na prestação de contas dos serviços públicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, que estudou o trabalho do Observatório Social de Palmas – TO observou que, de maneira geral, pelo pouco tempo que tem de criação, quase três anos, já tem conquistado grandes feitos, principalmente se for considerada a repercussão municipal, estadual e até mesmo nacional das suas ações, como por exemplo, a transmissão nos principais meios de comunicação como o Jornal Nacional, na Rede Globo de Televisão, do Relatório emitido pelo OSP, que analisou os abusos cometidos pela Câmara Municipal de Palmas no que se refere à composição do seu quadro de pessoal, o custo da casa de leis e a locação do prédio público.

É importante considerar que o estudo embasou-se somente na análise bibliográfica e documental, por meio de livros e artigos científicos publicados sobre o processo democrático e de acesso à informação, que propiciam uma gestão pública transparente, assim como a pesquisa de relatórios e reportagens específicas do trabalho desenvolvido pelo OSB e OSP. Ainda assim, embora a pesquisa não tenha ido a campo, conseguiu tirar um extrato das ações impactantes realizadas pelo OSP, que poderá servir como aporte para futuros estudos a respeito.

Nesse sentido, ponderando-se que muitos questionamentos ficaram inconclusos, uma vez que vários estudos podem ainda ser realizados sobre o trabalho do OSP, principalmente porque demanda tempo para se consolidar e se solidificar. Então, passa-se a delinear as considerações finais a que se chegou à pesquisa efetuada.

Compreender de forma amostral sobre o trabalho do OSP, leva ao entendimento de que essa entidade tem conquistado sua finalidade em incentivar o exercício do controle social, por meio do favorecimento da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. Porém, embora o OSP estimule o voluntariado e divulgue suas ações, a grande maioria da sociedade palmense não conhece o resultado de seu trabalho e muitos que conhece, não tem uma participação ativa nas discussões para a melhoria da gestão pública, que poderiam trazer benefícios à si próprios.

Na sequência, ao analisar os conteúdos das palavras e expressões que remetem à percepção do acesso à informação, retiradas dos Relatórios 1, 2, 3, 4 e 5, emitidos pelo OSP, verifica-se a importância do trabalho de entidades como o OSP, uma vez que propiciam as condições necessárias para a melhoria da aplicação dos gastos públicos, quando:

- **O acesso à informação:** leva ao acesso e conhecimento amplo dos dados públicos a qualquer cidadão, principalmente por meio do Portal da Transparência;
- **As ações e resultados alcançados:** é um importante mecanismo de informação e exposição das ações realizadas pelo OSP;
- **A Educação Fiscal:** é uma das comissões do OSP, fundamental na promoção da transparência e controle social;
- **A Lei de Acesso à Informação:** é um instrumento imprescindível aos gestores públicos aplicarem as contas públicas de forma mais adequada;
- **A locação da Câmara Municipal de Palmas (CMP):** merece uma reflexão mais aprofundada, visto que o Relatório 3 informa que a Casa de Leis paga anualmente mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) de aluguel e não se observou até a atualidade a discussão de construção de um prédio próprio, quando o orçamento daquela Casa é de mais de R\$ 30 milhões anuais;
- **O monitoramento da CMP:** é outra comissão do OSP, essencial para o acompanhamento das ações realizadas pela CMP, extraíndo-se dados contundentes e impactantes à sociedade palmense;
- **O orçamento da CMP:** é o segundo maior orçamento do Brasil, no valor de R\$ 30.843.870,00 para 20 vereadores, perdendo somente para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro;
- **A parceria com o Ministério Público:** contribui não só na fiscalização da gestão pública, mas também reconhece a importância do trabalho do OSP, passando a convidá-lo para participar de ações conjuntas, como da Câmara de análise do reajuste das tarifas de transporte coletivo de Palmas;
- **A Pauta trancada da CMP:** na qual o OSP divulgou essa problemática nos diversos meios de comunicação, fato que chamou atenção nacional, quando o

Jornal Nacional veiculou a matéria sobre os abusos cometidos pela CMP, dentre eles a pauta dos projetos a serem aprovados, que ficou trancada por 173 dias, voltando a funcionar somente em 27 de agosto de 2016;

- **O quadro de servidores da CMP:** é uma notícia impactante quando se verifica que dos 584 servidores da CMP, somente 31 são concursados, além do que, conforme demonstrado nos noticiários, o prédio da Câmara não possui espaço físico suficiente para atender tantos servidores. Entretanto, como resultado do monitoramento e cobrança do OSP e órgãos afins, em 2018, será realizado novo concurso público, após 23 anos sem realização;
- **O trabalho do OSP nos Postos de Saúde de Palmas:** ajudou na fiscalização dos trabalhos desenvolvidos, como, por exemplo, verificando se as unidades de saúde possuíam escala de médicos, disponibilizadas em local de fácil visualização e acesso, e que permitissem às pessoas consultar quais médicos deveriam estar na unidade de saúde em determinado dia e horário.

Todas essas ponderações são requisitos importantes do trabalho desenvolvido pelo OSP, sejam de ações de sucesso ou de problemas detectados após o monitoramento feito pela comissão formada pelo OSP, ficando demonstrado que ações efetuadas por essa entidade, merecem a credibilidade da sociedade palmensa.

Vale, ainda, ratificar a análise dos dados coletados quanto à ocorrência de palavras e expressões, que se relacionam à transparência e controle social, quando:

- **A aplicação adequada dos recursos públicos:** é comemorada pelos voluntários do OSP, que reservam parte do seu tempo, para se dedicar em prol do coletivo, na prevenção da corrupção e da melhor aplicação dos recursos públicos;
- **A comunicação dos resultados:** faz parte dos valores do OSP, mas vai muito mais além, na qual tem também o compromisso com o resultado e a sua efetividade;
- **O controle social:** faz parte também dos valores do OSP, no qual incentiva a participação do cidadão no controle social para prevenção e combate à corrupção;

- **A Missão do OSP:** visa contribuir na prevenção à corrupção para otimizar a aplicação transparente dos recursos públicos, por meio da educação fiscal e do controle social, em prol do cidadão palmense;
- **A necessidade de concurso público na CMP:** foi conquistado, como já pontuado anteriormente, na qual será realizado em 2018;
- **A participação da sociedade / cidadão:** é imprescindível e necessária em relação à transparência, controle social e cidadania;
- **A prevenção à corrupção / combate à corrupção:** faz parte da missão do OSP;
- **Os valores do OSP:** preconizam a ética, o comprometimento, a transparência, o compromisso com o resultado e o resgate da cidadania;
- **A Visão do OSP:** é ser reconhecido pela sociedade palmense como organização de referência na prevenção da corrupção e controle social.

Percebe-se em todas as pontuações acima, o resultado das atividades realizadas pelo OSP, uma entidade que se preocupa efetivamente em realizar um trabalho que busca a transparência e o controle social, por meio da prevenção e combate à corrupção e a melhor aplicação dos recursos públicos.

Outrossim, é oportuno reaver os questionamentos que deram início à presente pesquisa, na intenção de verificar se, de alguma maneira, eles foram contemplados: as propostas do OSP têm conseguido impactar ações de mudanças na administração da gestão pública em relação à aplicação dos recursos financeiros públicos? Os resultados dos relatórios emitidos pelo OSP têm levado a população palmense a se envolver mais na busca de transparência da gestão pública?

O primeiro questionamento pode ser constatado por intermédio da análise e levantamento de dados pesquisados, nos quais se observou que o OSP conseguiu sim, impactar ações de mudanças na gestão pública da Câmara Municipal de Palmas, por meio do monitoramento sistematizado, da publicidade das informações e das parcerias com órgãos públicos que também buscam a transparência na aplicação dos recursos públicos e o controle social.

Quanto ao segundo questionamento, o envolvimento da população palmense é ainda tímido, diante da quantidade de pessoas que estão envolvidas no trabalho

voluntário do Observatório Social de Palmas, aproximadamente 60 pessoas, numa população estimada, em 2017, de 286.787 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Nesse sentido, impende salientar a maior participação da sociedade palmense nos assuntos ligados à gestão pública, visto que ela é a própria beneficiária dos resultados de trabalhos desenvolvidos pelo Observatório Social de Palmas.

Vale lembrar que a Lei Complementar nº 101/2000, em seu Art. 4º, § 2º, inciso II diz sobre a necessidade de realizar o demonstrativo das metas anuais, com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, cabendo assim à sociedade organizada o acompanhamento e monitoramento das metas planejadas. Com isso, fica clara a importância de organizações como o Observatório Social do Brasil, que ao longo dos últimos anos tem conquistado resultados em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos.

Em suma, é importante evidenciar que, a análise baseou-se numa breve amostragem do trabalho do Observatório Social de Palmas, podendo ser investigado por meio de outras pesquisas. Entretanto, espera-se que este estudo colabore e sirva de subsídios para outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 14 dez. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em 14 dez. 2017.

CASTELLS. Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade. Volume 2: O Poder da Identidade. Volume 2:** 6. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COELHO, Vera Schattan P. WAISBICH, Laura Trajber. **Mecanismo Independente de Avaliação: Relatório de Progresso 2011 – 2013.** Disponível em <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/irm-relatorio-progresso-brasil-2011-13.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CONEXÃO TOCANTINS. **Em reunião, vereadores de Palmas garantem transparência em concurso.** Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2017/10/25/em-reuniao-vereadores-de-palmas-garantem-transparencia-em-concurso>>. Acesso em 15 fev. 2018.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Controle Social:** orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília: Coleção Olho Vivo, 2012.

DICIO. **Democracia.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/democracia>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

EDUCA TERRA. **Aristóteles e a Democracia.** Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/aristoteles2.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

G1.GLOBO/TV ANHANGUERA. **Câmara de vereadores de Palmas está há 90 dias sem votar projetos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/videos/v/camara-de-vereadores-de-palmas-esta-ha-90-dias-sem-votar-projetos/5116030/>>. Acesso em: 18 jan 2018.

_____/TV GLOBO. **Câmaras municipais custam caro e nem sempre funcionam bem.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/09/16.html>>. Acesso em 18 jan. 2018.

_____/TV ANHANGUERA. **Maioria dos projetos da Câmara de Palmas é irrelevante, diz relatório:** levantamento foi feito pelo Observatório Social entre 2013 e 2016. Vereadores aprovaram, em média, apenas dois projetos por ano.. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/10/maioria-dos-projetos-da-camara-de-palmas-sao-irrelevantes-diz-relatorio.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

GERHARDT, T. E. et al. Unidade 4 – Estrutura do Projeto de Pesquisa. In GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 65-88.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

IBGE. **População**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos**: literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. Disponível em <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/arquivo.2013-04-18.4951615613>>. Acesso em: 20 out. 2017.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL/RELATÓRIO 1. **Relatório de prestação de contas**: OSB - Palmas. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/03/RELATORIO-PRESTA%C3%87%C3%83O-DE-CONTAS-OSB-PALMAS-2015-16.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____/RELATÓRIO 2. **Prestação de contas do Observatório Social de Palmas**: em 25 de fevereiro de 2016. Disponível em <<http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/02/PRESTA%C3%87%C3%83O-DE-CONTAS-EM-PDF.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____/RELATÓRIO 3. **Relatório de Gestão**: OSB – Palmas. Disponível em: <<http://palmas-to.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/53/2016/09/RELATORIO-3-ABRIL-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____/RELATÓRIO 4. **Relatório Quadrimestral de Gestão**: OSB – Palmas. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Palmas_to_2%C2%BA-RELAT%C3%93RIO-QUADRIMESTRAL-FEV-A-MAIO-2016-PDF.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____/RELATÓRIO 5. **Relatório de Gestão Trimestral junho/ julho/ agosto**: OSB – Palmas. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Palmas-TO_3%C2%BA-RELAT%C3%93RIO-QUADRIMESTRAL-JUN-JUL-AGO-2016-PDF.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Governo eletrônico e transparência**: novas tecnologias gerenciais e organizacionais e sua aplicação na Administração Pública. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/181769033/7-Governo-Eletronico-e-Transparencias>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

OSBRASIL. **Como funciona?**. Disponível em: < <http://osbrasil.org.br/como-funciona/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. **O que é o Observatório Social do Brasil (OSB)?**. Disponível em: < <http://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. **O que é um Observatório Social (OS)?**. Disponível em: < <http://osbrasil.org.br/o-que-e-um-observatorio-social-os/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. **OS divulga análise dos projetos de lei aprovados na Câmara de Palmas – TO**. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/os-divulga-analise-dos-projetos-de-lei-aprovados-na-camara-de-palmas-to/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai e NICOLÁS, Maria Alejandra. **A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522016000300285&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho**. 23 ed. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo. et. al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf>. Acesso em: 22 Set 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A pesquisa científica. In GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 31-42.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Edital nº 001/2018 – Câmara Municipal De Palmas / COPESE**: Concurso Público para a Câmara Municipal de Palmas/TO – Quadro Geral 2018. Disponível em: <http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=266&Itemid=268>. Acesso em: 15 fev. 2018.